

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Sem 2021	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação	295	591	654
Móveis e Equipamentos	294	585	621
Bens - Recursos Públicos	1	6	33
Amortização	0	23	22
Total	295	614	676

16. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2021, as outras receitas e despesas operacionais estavam representadas da seguinte forma:

	2º Sem 2021	31/12/2021	31/12/2020
Outras Receitas Operacionais	141	238	1.187
Recebimento para Custeio - Subvenções governamentais	-	-	936
Subvenção p/ Imobilizado	-	-	33
Outras Receitas Operacionais	141	238	218
Outras Despesas Operacionais	(29)	(157)	(210)
Descontos Concedidos	(29)	(157)	(189)
Contingência Civil	-	-	(21)
Total	112	81	977

Realizamos reclassificação do saldo de Subvenções Governamentais (Custeio e Imobilizado), anteriormente classificados como outras receitas operacionais.

17. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Não Operacionais			
Lucro na Alienação de Ativos		54	10
Recebimento para Custeio - Subvenções governamentais	407	1.011	-
Subvenção P/ Imobilizado	1	5	-
Atualização IRRF S/ Rendimento de Aplicação Financeira	12	28	-
Total	420	1.098	10

Os recursos oriundos de subvenções governamentais (para custeios e imobilizados) recebidos foram destinados da seguinte maneira, no decorrer do semestre:

	Recursos Próprios	Subv. Gov.	Total
Despesas Operacionais	2.393	-	2.393
Despesas de Pessoal	740	143	871
Outras Despesas Administrativas	61	-	61
Despesas de Serviços de terceiros e especializados	190	106	296
Despesas de aluguel	307	-	307
Despesas tributárias	105	158	263
Despesas de processamento de dados	294	1	295
Despesas de depreciação e amortização	2	-	2
Despesas de viagens	29	-	29
Outras Despesas Operacionais	4.121	408	4.517

	Recursos Próprios	Subv. Gov.	Total	Recursos Próprios	Subv. Gov.	Total
Despesas Operacionais	4.004	-	4.004	3.426	45	3.471
Despesas de Pessoal	325	305	625	280	183	463
Outras Despesas Administrativas	101	18	119	30	68	98
Despesas de Serviços de terceiros e especializados	516	297	813	38	281	319
Despesas de aluguel	385	3	388	113	0	113
Despesas tributárias	525	388	913	60	359	419
Despesas de processamento de dados	614	5	619	643	33	676
Despesas de depreciação e amortização	6	-	6	0	0	0
Despesas de viagens	157	1.016	1.173	210	0	210
Outras Despesas Operacionais	6.433	1.016	7.449	4.800	969	5.769

18. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 a Agência de Fomento de Alagoas S/A definiu sua política de Gerenciamento de Capital com o objetivo de monitorar e controlar o seu capital, mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Agência.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 2021, as ações de gerenciamento de riscos estiveram voltadas, principalmente, para a atualização/elaboração dos procedimentos internos da Agência. Além disso, as políticas de riscos foram desmembradas e atualmente cada risco tem sua política de forma separada. Estas já foram analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Agência.

A Agência de Fomento de Alagoas S/A, segue adotando medidas visando o atendimento aos normativos editados pelo BACEN (CMN), e que são aderentes à Agência, com melhorias nos processos internos, adequando a estrutura de gestão dos riscos, tornando-a compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, deixando-os proporcionais à dimensão da exposição dos riscos.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como sua principal acionista o Governo do Estado de Alagoas e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas, exceto os repasses e subvenções do Governo do Estado de Alagoas para manutenção e investimentos na operação da agência.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguro
A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como política manter a cobertura de seguros dos principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos.

b) Empréstimos ou Adiantamentos
Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo BACEN, não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- I) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Agência de Fomento de Alagoas S/A empréstimos ou adiantamentos a qualquer parte relacionada, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, e seus familiares.

José Humberto Maurício de Lira Diretor Presidente	Eduardo Brasil Barreto Diretor Administrativo Financeiro
Michael Pereira de Barros Diretor de Operações	Márcio Teodoro de Lima Santos Contador CRC AL-005297/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A – DESENVOLVE

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações financeiras da **Agência de Fomento de Alagoas – DESENVOLVE (“Agência”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme Nota Explicativa nº 5, a Agência apresenta registrado no seu ativo a título de “Operações de Crédito” o montante de R\$ 39.931 mil. Deste total, cerca de R\$ 25.216 mil é referente a operações liberadas da linha “pré-renda MEI” em 2021, do qual até a emissão deste relatório, não nos foram apresentados os instrumentos formais de promessa de pagamento em dinheiro, decorrente das operações de créditos – “Cédula de Crédito Bancário (CCB)”. Não sendo possível avaliar as condições pactuadas sobre atualização e amortização futura do capital. Adicionalmente, o montante de 1.690 mil foram operações realizadas por repasse em favor de intermediário financeiro, no qual não foi possível por meio de procedimentos padrões e alternativos de auditoria obtermos evidências quanto ao recebimento do crédito liberado pelo beneficiário final da operação de crédito. Como consequência, não temos como opinar, assim como não opinamos sobre os efeitos da recuperabilidade do ativo no montante de R\$ 25.216 mil, bem como os seus possíveis efeitos no resultado da agência em decorrência de avaliação de risco de crédito.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

ÊNFASE

Recebimentos para Custeio – Subvenções Governamentais e para Imobilizado

Chamamos a atenção para a Nota 16a (Recebimento para Custeio – Subvenções governamentais e para imobilizado) que aponta que a Agência, para ter continuidade às suas operações, necessita de recursos periódicos, a título de custeio das despesas operacionais e manutenção da instituição, originados do seu acionista majoritário, Governo do Estado de Alagoas. Nesse exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi recebido o valor de R\$ 1.016 mil (R\$ 969 mil, 2020). Nossa opinião não está ressaltada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 17 de março de 2022.

Emerson Auditores e Consultores S/S Auditores Independentes CRC/RN 547/O-8 “S” AL	José Emerson Firmino Contador CRC/RN 006.570/O-6 “S” AL
--	--